

INCLUSÃO ESCOLAR: EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA DULCE CANDIDA ACIOLY EM SÃO LOURENÇO DA MATA - PE

Edielson Gonçalves da Silva (1)

Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata-PE, delso.silva21@gmail.com (1)

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar um relato e experiência sobre a Educação Especial no município de São Lourenço da Mata-Pernambuco, a partir de uma experiência desenvolvida, como atividade prática de Professor Auxiliar de Educação Especial na Escola Municipal Professora Dulce Cândida Acioly. Este trabalho tem como arcabouço teórico a história da educação brasileira, tendo como base, a LDB de 96, o PNE de 2014, a Lei 13.146/2015 e a literatura pertinente sobre o tema. Dessa forma foi utilizada como aporte metodológico, a abordagem qualitativa, pautado a partir da pesquisa bibliográfica e observação, que utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista. O estudo teve como amostra uma escola, sendo da rede pública no Município de São Lourenço da Mata. Como resultado obteve uma análise de reflexão a respeito do entendimento sobre inclusão, formação continuada e aprendizagem significativa no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão, Ensino Regular.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a discussão sobre inclusão escolar vem se intensificando pela necessidade de se refletir por uma educação que contemplem a todos, conforme indica a nossa Constituição Federal Brasileira. Esta pesquisa se justifica, visto que como educadores entendemos que o tema em questão é extremamente importante para o processo formativo dos profissionais que atuam em espaço de educação formal e não-formal. Visto que educação deve ser inclusiva. O referente artigo tem por objetivo discutir o tema inclusão de estudantes no ensino regular a partir da análise de conceito de inclusão, formação continuada e aprendizagem significativa no Município de São Lourenço da Mata- Pernambuco.

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular é consequência de uma luta e avanços, tendo em vista que durante um longo período da educação brasileira a educação especial segregava em todos os aspectos, na acessibilidade, no financiamento, nos espaços físicos e dentre

outros. Sendo assim, entendemos que o principal objetivo de uma escola inclusiva é oferecer um espaço de socialização, acolhedor e humanizado, extinguindo ações discriminatórias, com propósito de gerar uma sociedade justa e inclusiva. Outro marco importante foi a Declaração de Salamanca em 1994, que também contribuiu e muito para a história da educação, principalmente educação para pessoas com necessidades educativas especiais, tendo como meta a inclusão de todas as crianças no ensino regular, sendo elas portadoras de necessidades especiais ou não. No Brasil, o tema inclusão começa a ganhar novos rumos através da Constituição Federal de 1988 que afirma todos terem direito a educação (Brasil, 1988), e também com a criação da lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que garante o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece, no capítulo IV, no artigo 53, do direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, que: “[...] a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”. (BRASIL, 1990, p. 22). São vários paradigmas existentes em nossa sociedade, e a educação inclusiva visa quebrá-los e construir uma educação transformadora, onde o ser humano possa aprender por meio da sua singularidade, cada um com suas características, valores e diferenças, mas com o mesmo intuito: busca de uma aprendizagem satisfatória, a ponto de contemplar o desenvolvimento integral de cada um, bem como as suas necessidades. Quando se fala em inclusão, já se imagina pessoas com deficiências, nesse sentido, Carvalho (2011) destaca que:

Parece que já esta condicionada a ideia de que a inclusão é para os alunos da educação especial passarem das classes e escolas especiais para as turmas do ensino regular. Esse argumento é tão forte que mal permite discutir outra modalidade de exclusão: as do que nunca tiveram acesso às escolas, sejam alunos com ou sem deficiência e que precisam nelas ingressar, ficar e aprender (CARVALHO, 2011, p.27).

É necessário refletir e repensar as práticas pedagógicas para que a inclusão dessas pessoas realmente aconteça, tendo em mente que todos são capazes de aprender e se desenvolver, quando lhes é oferecido às oportunidades e condições favoráveis para o aprendizado. Sendo assim, a escola precisa se organizar e planejar suas ações e atividades buscando atender a todos de acordo com as diferentes formas de aprendizado, valorizando a potencialidade de cada aluno e fazendo com que os mesmos tenham seu desenvolvimento integral, independente de serem estudantes com necessidades educativas especiais, ou não. É um tema que chama a atenção de muitos e provoca discussões no



que diz respeito a sua prática, sendo alvo de pesquisas de vários autores que consideram a inclusão enquanto temário importante. Para Carvalho (2011), essa problemática requer mudanças não só na parte estrutural da escola, como também no aperfeiçoamento de funcionários, materiais didáticos, valores e respeito as diferenças. De acordo com Dorziat (1998), o aperfeiçoamento da escola comum em favor de todos os alunos é primordial. Diante dessa questão, a escola que trabalha com a inclusão enfrenta muitos desafios, a começar pelo direcionamento de suas ações para que, de fato, a inclusão aconteça. Para tanto, é papel da escola, buscar uma educação que tenha sentido para todos os estudantes, e que esse sentido seja partilhado com os estudantes com necessidades educacionais, que todos eles tenham o acesso ao ensino aprendizado e a permanência na escola, de maneira que sejam levadas em consideração as diferenças e as potencialidades de cada um.

1.1 Pessoa com deficiência: concepções ao longo da história.

Um dos grandes desafios da humanidade foi e tem sido como lidar com o diferente, ou seja, a busca incessante de entender na espécie humana as deformidades físicas e intelectuais, sejam elas congêntas ou adquiridas. Ao nascer, uma pessoa traz consigo características físicas e psíquicas comuns de nossa espécie. Cunha (2013, p.37), nos mostra que, “apesar de ser uma sociedade avançada, na Grécia, as pessoas com deficiência eram estigmatizadas e por muitas vezes não recebiam denominação de pessoas, mas eram chamadas de bestiais, doentes e disformes”. Com o domínio do Império romano, e conseqüentemente a fusão das culturas grega e romana, o mundo ocidental assimila novas leis e filosofias, ou seja, uma nova forma de ver e perceber o mundo. Porém, a questão da pessoa com deficiência ainda era um assunto que causava estranhamento, no entanto, não era um consenso a ideia de que a pessoa com deficiência era algo ruim. Com o advento da Idade Média, o sistema de feudos nos traz uma nova configuração social da pessoa com deficiência, mudança essa onde a eliminação se dava em não proporcionarem as pessoas com deficiência acesso ao espaço físico e social dos feudos, pois a estrutura arquitetônica de fossos, pontes e muralhas que garantiam a segurança dos feudos impossibilitava de certa forma o acesso dessas pessoas em seu interior. Fernandes & Orrico (2012, p.35) nos ampliam essa visão ao dizer que:

O período feudal que a nosso ver se caracterizava pela acessibilidade restrita a um modelo social onde o próprio desenho das cidades cercadas por muros e fossos objetivava a restrição do acesso de “indesejáveis” ao espaço físico e social do feudo. O desenho arquitetônico do feudo se constituía num discurso não verbal de proteção contra os “indesejáveis”

O lidar com a questão da deficiência neste modelo social, era algo violentamente excludente e de não aceitação. Atualmente a nossa sociedade, por meio dos movimentos sociais, vem buscando formular, implementar e garantir leis que garantam direitos civis as pessoas com deficiência. É uma das propostas que nos traz maior relevância em se tratando do objeto de nossa pesquisa, no tocante a garantia e perpetuação desses direitos, é a Declaração de Salamanca (1994), que propõe garantir a toda a pessoa com deficiência o direito a educação. Se historicamente a escola era a instituição que segregava tais pessoas, atualmente é por meio dela que a garantia de se exercer uma cidadania plena pode ser assegurada, pois segundo Cunha (2013, p. 13):

É da responsabilidade das instituições públicas darem passos significativos no sentido de olhar de frente o que habitualmente costuma ser olhado de lado; e olhar de frente significa, nesse contexto, promover e assegurar o direito a uma educação de qualidade no âmbito da diversidade.

É nesta perspectiva é entender como se tem dado, principalmente aqui no Brasil, a acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no espaço escolar, o que historicamente temos construído e vivenciado. Diante do exposto, o objetivo geral traçado tendo como analisar como vem se dando no contexto escolar a inclusão de estudantes no ensino regular numa escola municipal no município de São Lourenço da Mata.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa consiste num trabalho de caráter qualitativo, o Segundo Bogdan e Biklen (1982 apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.13), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação de enfoque, enfatizando mais o processo do que o produto. Sendo assim, os dados recolhidos seguem um processo indutivo, haja vista que, a priori não existe uma preocupação de o pesquisador ir em busca de evidências para a comprovação de hipóteses exatamente definidas. Tendo como campo empírico uma Escola Pública Municipal de São Lourenço da Mata. Os dados analisados foram discutidos e distribuídos nas seguintes categorias: 1) Concepção de inclusão no âmbito escolar; 2) Formação continuada de professores para trabalhar com alunos com deficiência; 3) Aprendizagem significativa no contexto escolar.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário foi realizado com a professora da sala de ensino regular, que de acordo com a suas respostas, puderam esclarecer sobre a importância das atividades realizadas no espaço escolar, enfocando habilidades exploradas de forma que contribuem para uma aprendizagem significativa.

Com a intenção de conhecer a relevância foram dirigidas as seguintes indagações sobre a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular.

4.1 Concepção sobre inclusão escolar.

Nesta sessão discutimos qual a concepção de inclusão de alunos na escola como um todo, e não só na sala de aula. A professora entrevistada para pesquisa destaca que a inclusão deve acontecer com todos os alunos com ou sem deficiência. Para Ricardo (2005), acolher o educando independe de suas limitações ou dificuldades, é promover a boa convivência com os demais alunos na escola, para que todos possam participar juntos da vida escolar. A didática, planejamento e social de alunos com deficiência no ensino regular é importante levar em consideração os aspectos culturais que pertencem aos indivíduos como fator de igualdade de condições, além do seu desenvolvimento integral.

4.2 Importância da formação continuada na área de inclusão.

A professora que contribuiu com esta pesquisa, atua há bastante tempo em sala regular com alunos que tem necessidades educativas especiais. A mesma relata que de extrema importância a formação continuada, pois possibilita ao docente a atualização e aquisição de novos conhecimentos e a transformação de sua prática profissional, através de discussão de estratégias para enfrentar desafios e também de experiências. Destaca a importância de serem oferecidas formações continuadas para os profissionais que atuam na área educacional e outras áreas que a pessoa com deficiência esteja inserido. Diante disso Carvalho (2010) destaca que:

Convém trazer para discussão o sentido e o significado da formação continuada que a coloca, apenas, restrita aos cursos oferecidos aos professores para se atualizarem. Reconheço que eles são necessários, que trazem muitas informações e novas teorias, mas a experiência mostra que se tornam insuficientes se não houver, como rotina das escolas, encontros de estudos e de discussão sobre o fazer pedagógico, envolvendo a comunidade escolar. (CARVALHO, 2010, p.161).

Nesse sentido, percebe-se o quanto é importante a formação continuada para os professores bem como para todos os profissionais que atuam na unidade escolar, pois essa formação não deve ser entendida como algo a parte da escola, onde os educadores tenham que buscar fora dela, mas tem que acontecer dentro da própria escola, onde a instituição abra espaço para discussões e promova o respeito à diversidade.

4.2 Aprendizagem significativa no ambiente escolar?

Segundo a professora, o ambiente escolar deve oferecer um espaço em que o aluno possa aprender a perceber como sujeito ativo na construção do conhecimento, por meios de atividades individualizadas e também em grupos, para que haja uma cooperação entre os alunos e para que esse processo se desenvolva de forma conjunta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com que foi exposto através da pesquisa, percebe-se que a inclusão na unidade de ensino está acontecendo no espaço escolar, pois se revelou, no decorrer presente da investigação que a professora realiza a prática de inclusão, e menciona sobre a importância da formação continuada e assim como, tornar um ambiente acolhedor, onde ocorra a transformação do sujeito crítico e reflexivo.

6. REFERÊNCIAS

- Brasil. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata [recurso eletrônico] : Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 12. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 241 p. – (Série legislação ; n. 122)
- CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- DORZIAT, Ana. **Democracia na escola: base para igualdade de condições surdos-ouvintes**. Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES. Nº 9, p.24-29, Janeiro, Junho, 1998.
- CUNHA, Nilton Pereira da. *O ensino superior e a educação inclusiva: o direito à igualdade e à diferença*. Recife: Ed. do Autor, 2013.
- FERNANDES & ORRICO. Edicléa Mascarenhas & Helio Ferreira. *Acessibilidade e inclusão social*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Deescubra, 2012.
- LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D. *A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- RICARDO, E. **A inclusão de pessoas com necessidades especiais nas aulas de Educação Física em instituições públicas, particulares e especiais da cidade de Barueri, SP**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA, 6, DEZ. 2005, Rio Claro, SP. **Anais...** Rio Claro, SP: Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada, 2005. p. 81-82.